

ESTUDO TOPONÍMICO E SUA INTERFACE COM O ENSINO DE GEOGRAFIA - MAPA DA NOVA LUSITÂNIA (RIO DE JANEIRO)

Daniel Ribeiro Gomes Di Salvo¹

Juliana Alves Cordeiro¹

Tainá Laeta¹

Paulo Márcio Leal de Menezes¹

Manoel do Couto Fernandes¹

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Laboratório de Cartografia (GeoCart) - Departamento de Geografia - Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ, 21941-916 (danieldisalvo97@gmail.com; acjulliana@gmail.com; tainalaeta@gmail.com; pmenezes@acd.ufrj.br; manoel.fernandes@ufrj.br)

ABSTRACT

Historical Cartography as a subsidy to toponymic studies provides knowledge about spatial organization, through the origin and motivations in the denomination of geographical names, which consequently infer in the understanding of temporal, social, economic, political, cultural characteristics of a given place. Even today it is observed that although Toponymy is a transversal theme, that is, multi and interdisciplinary, it is little used as a support in the teaching of Geography. Thereby, the objective of this research is to carry out a historical toponymic study, as well as to analyze its approach in the discipline of Cartography and Geography, from the National Curriculum Parameters (BRASIL, 1998). In this study will be used as material analysis “**A CARTA GEOGRAFICA DE PROJEÇÃO ESFERICA ORTHOGONAL DA NOVA LUSITANIA ou América Portuguesa e Estado do Brazil**”. In the methodological procedures, the first step consisted in extracting the toponyms of the Rio de Janeiro chart, using the ArcGIS 10.1 software; in the next step, the toponyms were classified according to taxonomy and origin according to Dick’s taxonomic nomenclature (1990); finally, the analysis of the toponymy approach in the teaching of Geography established by the normative documents of education was made. In the extraction process, 139 place names were obtained with the identification of place names of an anthropocultural and physical nature, with the predominance of place names of an anthropocultural nature.

Keywords: Historical Cartography; Toponymy; Geography Education.

1. INTRODUÇÃO

A Carta da Nova Lusitânia está inserida em um contexto de disputas de territórios entre Portugal, Espanha e França, onde os limites antes estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas não eram mais respeitados, sendo assim, outros acordos como, por exemplo, o tratado de Madrid (1750), foi realizado para estabelecer novas fronteiras. A situação de declínio da indústria açucareira e a descoberta de novas jazidas de metais preciosos implicaram na necessidade de maior conhecimento sobre o território desta colônia, o que levou a elaboração da Carta da Nova Lusitânia.

A carta da Nova Lusitânia é um dos documentos histórico cartográfico mais importante do século XVIII. Este documento possui uma grande quantidade de topônimos, sendo muitos deles relacionados a engenhos, igrejas, fortalezas e

acidentes geográficos. Vale destacar que, este referido documento histórico cartográfico possui 4 exemplares sendo estes cronologicamente dos anos de 1794, 1797, 1798 e 1803, onde o documento de 1794 não se encontra completo, possuindo apenas as minutas.

A cópia de 1798, objeto de estudo da presente pesquisa, encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército (AHEx) - Brasil, com dimensões de 148 cm de largura por 133 cm de altura. Este documento contou com 10 cartas a mais, isto é, além das 76 cartas do documento de 1797.

A Toponímia “é uma disciplina que se volta para a História, Geografia, Linguística, Antropologia, Psicologia Social, e até mesmo a Zoologia, Botânica e Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1990). Sendo assim, a carta da Nova Lusitânia nos permite, através dos topônimos entender por diversas faces a complexidade da natureza de um lugar e da sociedade que já esteve ou está inserida neste lugar. Observa-se ainda hoje, que apesar da Toponímia ser um tema transversal, isto é, multi e interdisciplinar, é pouco utilizada como suporte no ensino da Geografia.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Realizar um estudo toponímico histórico, assim como analisar a sua abordagem na disciplina de Cartografia e Geografia, sob a ótica dos documentos legais da educação.

Objetivos Específicos:

- Extrair, classificar e analisar os topônimos do encarte do Rio de Janeiro da carta da Nova Lusitânia do ano de 1798;
- Analisar dentro dos documentos legais da educação (Parâmetros Curriculares Nacionais, Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro) de que maneira a toponímia é abordada dentro do ensino de Geografia.

3. MATERIAIS

O material utilizado para a elaboração desta pesquisa foi “A CARTA GEOGRAFICA DE PROJEÇÃO ESPHERICA ORTHOGONAL DA NOVA LUSITANIA ou América Portuguesa e Estado do Brazil” (ano 1798), que está sob cuidados do Arquivo Histórico do Exército (AHEx) (figura 1).

Esta carta conta com algumas particularidades em relação as outras, primeiro por ser a única com quatro encartes, onde todos possuem escala gráfica e título. No

lado esquerdo constam o conjunto de três encartes, sendo o primeiro referente a “BAHIA DE TODOS OS SANTOS”, segundo encarte é o “TOPOGRAFICO DO RIO GRANDE DE S. PEDRO DO SUL,” e o último deste conjunto, no canto inferior esquerdo, o encarte do “RIO DE JANEIRO” (figura 2). No canto superior direito, encontra-se o encarte da “BARRA DO PARÀ”. Além disso, a carta conta com o nome de 34 profissionais que participaram da elaboração deste documento cartográfico (CORRÊA-MARTINS, 2011).

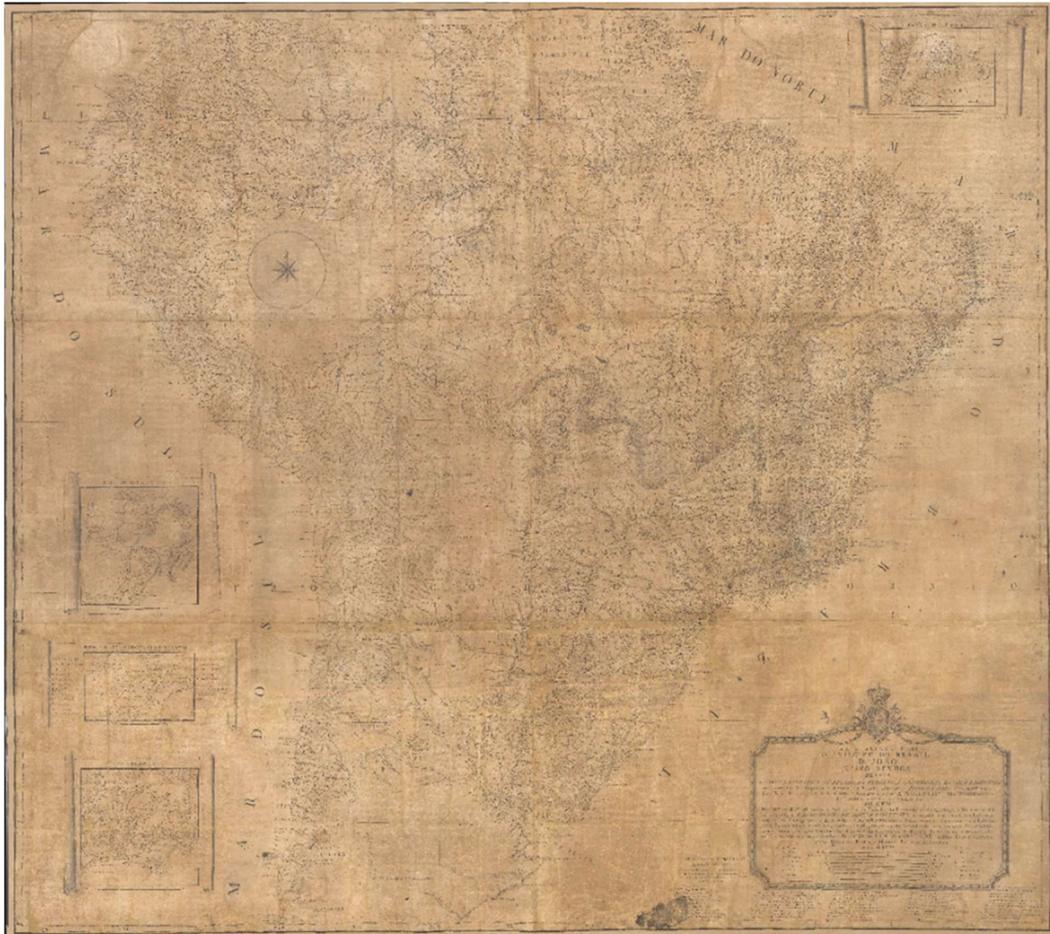


Figura 1 - “A CARTA GEOGRAFICA DE PROJEÇÃO ESPHERICA ORTHOGONAL DA NOVA LUSITANIA ou América Portuguesa e Estado do Brazil” (1798), com dimensões de 148 cm de largura por 133 cm de altura.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

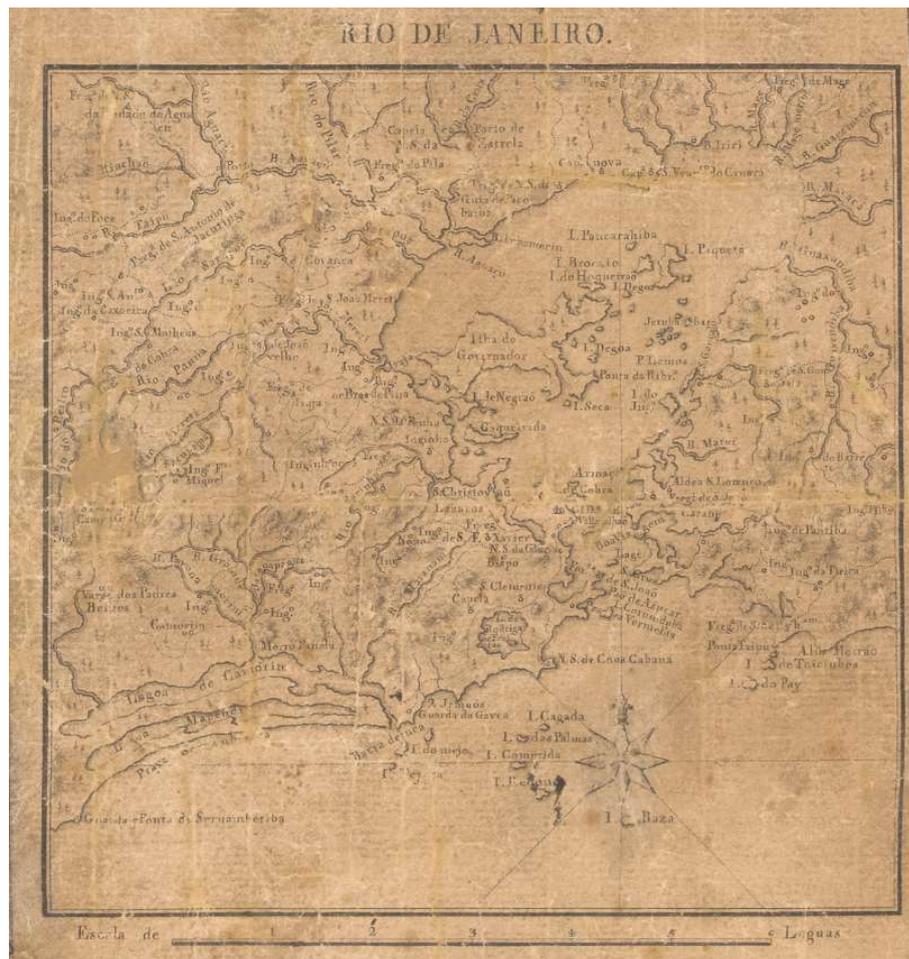


Figura 2 - Encarte do “RIO DE JANEIRO” da carta da Nova Lusitânia (1798).
Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHEx).

4. METODOLOGIA

A primeira etapa da pesquisa consistiu na extração de todos os topônimos do encarte do Rio de Janeiro, mais especificamente da região da Baía de Guanabara e da área da antiga Capitania do Rio de Janeiro. A extração foi feita através do *software ArcGIS 10.1* e ao todo foram extraídos 139 topônimos (figura 3).

A segunda etapa da pesquisa foi realizada a classificação dos topônimos extraídos através da metodologia de classificação taxonômica de Dick (1990), que é dividida inicialmente nos topônimos de natureza antropocultural e física. Posterior a essa classificação inicial, os topônimos foram seguidamente classificados quanto a origem, ou seja, se eram de origem portuguesa, francesa e indígena.

A terceira etapa consistiu em analisar três documentos legais da educação, a fim de entender como e quando a toponímia é abordada no ensino de Geografia, são eles: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro.

5. RESULTADOS

Após a classificação taxonômica dentro das dezesseis classes dos topônimos de natureza antropocultural (tabela 1) três se destacaram, sendo elas: Etnotopônimos (nomes de agrupamentos étnicos), contabilizando 34 topônimos; Hierotopônimos (nomes sagrados, associações e locais religiosos), com 24 topônimos; e os Sociotopônimos (nomes relacionados a locais de trabalho e locais de encontro), com 20 topônimos.

Tabela 1 – Topônimos de Natureza Antropocultural encontrados na carta da Nova Lusitânia seguido pela quantificação.

Topônimos de Natureza Antropocultural	Nº	Topônimos de Natureza Antropocultural	Nº
Animotopônimos	5	Dirrematopônimos	1
Antropotopônimos	9	Hierotopônimos	24
Axiotopônimos	4	Historiotopônimos	0
Corotopônimos	0	Hodotopônimos	2
Cronotopônimos	0	Numerotopônimos	1
Ecotopônimos	2	Poliotopônimos	3
Etnotopônimos	34	Sociotopônimos	20
Ergonotopônimos	8	Somatopônimos	2

Já na classificação de topônimos de natureza física (tabela 2), das onze classes, quatro delas tiveram destaque, sendo elas: os Dimensiotopônimos (referentes às dimensões de um acidente geográfico), com 11 topônimos listados; os Fitotopônimos (nomes relativos ao reino vegetal), com 11 topônimos relacionados; os Hidrotopônimos (nomes referentes a acidentes hidrográficos), com 12 topônimos contabilizados; os Zootopônimos (nomes relativos ao reino animal), com 13 topônimos computados, são referentes aos nomes relativos ao reino animal.

Tabela 2 – Topônimos de Natureza Física encontrados na carta da Nova Lusitânia seguido pela quantificação.

Topônimos de Natureza Física	Nº	Topônimos de Natureza Física	Nº
Astrotopônimos	1	Hidrotopônimos	12
Cardinotopônimos	0	Lipotopônimos	3
Cromotopônimos	1	Meteoritopônimos	0
Dimensiotopônimos	11	Morfotopônimos	1
Fitotopônimos	11	Zootopônimos	13
Geomorfotopônimos	4	Não Identificados	11

Vale ressaltar que é possível que um topônimo pertença a mais de uma classe taxonômica, chegando a se enquadrar em duas ou até três classificações. Tiveram

onze topônimos que não foram possíveis de serem identificados, pela razão principal da baixa legibilidade em algumas partes da carta.

Na classificação dos topônimos em relação a origem, foi possível identificar e classificar topônimos de origem portuguesa, indígena, francesa e alguns apresentaram uma classificação híbrida entre portuguesa e indígena, como por exemplo “Freguesia de São João de Mereti” (tabela 3). Vale ressaltar que dentre os 139 topônimos extraídos, não foi possível classificar 28 topônimos, sendo 3 topônimos por falta de informação, 3 por estarem duplicados na carta e 22 apresentarem somente o topônimo genérico, expressando apenas a identificação quanto a tipologia, como por exemplo “Freguesia”.

Tabela 3 – Origem dos topônimos extraídos da Nova Lusitânia seguido pela quantificação.

Origem dos Topônimos	Nº
Portuguesa	72
Indígena	33
Francesa	1
Portuguesa / Indígena	5
Total	111

6. DISCUSSÃO

“Os nomes geográficos são testemunhos históricos do povoamento de toda uma nação. Eles registram e sinalizam a passagem histórica de gerações, culturas, povos e grupos linguísticos, que se sucedem na ocupação de uma dada porção territorial, indicando a antropização da paisagem e a conseqüente expansão do ecúmeno” (MENEZES & SANTOS, 2006). Sendo assim, os topônimos obtidos no encarte do Rio de Janeiro refletem o contexto de evolução da economia colonial e a religião predominante na época, aferida pela quantidade de engenhos e igrejas. Ao mesmo tempo, é possível perceber o destaque de muitos nomes ligados à cultura indígena. Os índios tinham o costume de nomear os lugares de acordo com as características locais, seja de vegetação ou algum animal específico.

Alguns exemplos foram importantes para entender o contexto, mas ao mesmo tempo outros só foram possíveis de classificar após uma busca sobre a motivação do nome, como é o caso de “N. S. de Copacabana”. Este topônimo possui três classificações, pois Copacabana é uma palavra de origem quechua, e significa “olhando o lago”, aparecendo também no lago Titicaca na Bolívia. Assim, este topônimo é um etnotopônimo e hidrotopônimo, além do fragmento “N. S.” ser um hierotopônimo. Outro exemplo acontece com o topônimo “Villagalhão”, que faz

referência ao almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, e teve algumas outras interpretações, como por exemplo: Virgalhão; Vergalhão. A classificação deste topônimo será de antropotopônimo, pois faz referência “a nomes constituídos a partir dos designativos pessoais, seja em prenomes ou apelidos de família, combinadamente ou não” (DICK, 1990).

No que tange ao ensino escolar, a Toponímia não deve ser apresentada de maneira segmentada nas disciplinas. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 1998) apontam que no 4º ciclo do ensino fundamental, ou seja, 7º e 8º ano, o conteúdo deve estar atrelado a temática “Paisagens e diversidade territorial no Brasil”. Mais especificamente o documento aponta que para os referidos anos que “a entrada deste estudo pode ser feita a partir de vários modos: pela toponímia regional, hábitos alimentares, paisagens típicas, história da ocupação etc. É importante que diga respeito às histórias da região onde vive o aluno” (BRASIL, 1998).

No contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017), um dos objetivos mais claros da geografia encontra-se no 2º ano do fundamental, onde é descrito que as habilidades esperadas naquele ano são: “comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro, ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças”; “utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica”; “analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico”.

Entretanto, observou-se que no 7º ano a toponímia pode ser abordada como um tema interdisciplinar para as disciplinas de história e geografia. No 7º ano para a disciplina de história o aluno deverá ter as seguintes habilidades: “analisar com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre a dinâmica das sociedades americanas no período colonial”; “analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos”; “identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática)”.

E para a disciplina de geografia o aluno deverá ter as seguintes habilidades: “selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.”; “analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana,

européia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.” (BRASIL, 2017).

Dentro do Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO (Estado), 2011), encontram-se objetivos mais específicos sobre a história do estado do Rio de Janeiro, que através do direcionamento do currículo do 3º ano do ensino médio, os alunos de geografia devem adquirir as seguintes habilidades: “identificar cartograficamente o Estado do Rio de Janeiro”; “compreender e relacionar as características históricas, físicas e socioeconômicas do Estado do Rio de Janeiro”; analisar os impactos das transformações socioespaciais observadas no Estado do Rio de Janeiro”.

A partir do exposto acima, nos Parâmetros Curriculares Nacionais o estudo da toponímia é comentado dentro do 4º ciclo do ensino fundamental, através do termo “toponímia regional”, permitindo ao professor abordar este tema de forma que valorize a história e a cultura nacional. Entretanto, nos outros documentos normativos pesquisados: BNCC e o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, não se encontra uma indicação específica para a abordagem do estudo toponímico para uma determinada série ou ano, ficando a critério do professor abordá-lo ou não durante todo o currículo.

7. CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, foi possível perceber que a carta da Nova Lusitânia demonstrou a potencialidade dos estudos toponímicos, devido a grande densidade de informações.

“Os topônimos expressam diretamente relações entre o homem e o espaço geográfico, uma vez que o ato de nomear é essencialmente humano, estabelecendo um vínculo cultural, diretamente ligado à ocupação, posse e conhecimento do local ou área nomeada.” (NUNES & ANDRADE, 2012). A toponímia serve então, como aporte para o ensino de geografia, pois é um tema que dialoga com diferentes disciplinas e conteúdos, sendo um tema transversal e interdisciplinar de grande contribuição para que o aluno entenda a existência da diversidade cultural, social, histórica e geográfica do país.

Os documentos normativos da educação apresentam formas possíveis de trabalhar a toponímia em conjunto com outras disciplinas, onde o papel do professor é estimular o conhecimento de sua própria história e identidade através dos nomes dos lugares da nossa vivência.

8. PRÓXIMOS PASSOS

- Analisar a motivação toponímica e a origem etimológica dos topônimos presentes no encarte do Rio de Janeiro;
- Extrair, classificar e analisar os topônimos presentes nos demais encartes da Nova Lusitânia.
- Propor atividades didáticas e interdisciplinares para o estudo toponímico nas disciplinas de geografia e história, a partir das habilidades e competências desenvolvidas pelos alunos do 7º ano, estabelecidos pelos documentos normativos.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Geografia/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. As várias "faces" da "Nova Lusitania", de Antonio Pires da Silva Pontes Leme. *In: Anais do IV Simpósio Luso Brasileiro*, Porto, 2011.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: Pesquisa, Reflexões e Aspectos Relevantes. *In: Revista Brasileira de Cartografia*, n. 58, 2. sem. 2006.

NUNES, Veronica Ramalho; ANDRADE, Karylleila dos Santos. O onoma e sua relação com a interdisciplinaridade nos parâmetros curriculares do ensino fundamental de geografia: um estudo preliminar com foco na toponímia. *In: Revista Língua & Literatura*, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. Currículo Mínimo: Sociologia. Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Cláudio João Barreto dos. Geonímia do Brasil: A Padronização dos Nomes Geográficos num Estudo de Caso dos Municípios Fluminenses. Rio de Janeiro, 2008. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar – A Perspectiva da Experiência. São Paulo: DIFEL, 1977.